



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê Modos de feitura da cidade: dimensões sensíveis da vida urbana contemporânea

v 15 | n 28 | jan-jun 2026

Entre o vivido e o por viver: projeto e técnica como campos de disputa nos modos populares de feitura da cidade

Gabriel Fernandes; Paulo Reyes; Bruno Mello



Edição eletrônica

URL: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/naui>

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

FERNANDES, Gabriel; REYES, Paulo; MELLO, Bruno. Entre o vivido e o por viver: projeto e técnica como campos de disputa nos modos populares de feitura da cidade. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 15, n. 28, jan-jun 2026, e8998. Semestral.

© NAUI

Entre o vivido e o por viver: projeto e técnica como campos de disputa nos modos populares de feitura da cidade

Gabriel Fernandes¹

Paulo Reyes²

Bruno Mello³

Resumo

Este artigo problematiza os modos de feitura da cidade a partir da tensão entre saber técnico e saber popular em contextos de assentamentos precários. Com dois estudos de caso no sul do Brasil, discute-se de que maneira a técnica urbanística, tida como neutra, atua enquanto dispositivo de poder que tende a silenciar as formas populares de produção do espaço. Em contraposição, evidencia-se a emergência de práticas contra-hegemônicas que tensionam o código dominante da técnica do urbanismo e revelam modos sensíveis e insurgentes de habitar e projetar a cidade. Michel Agier, Jacques Rancière e Andrew Feenberg nos ajudam a compreender o projeto não apenas como produto, mas como campo de negociação, conflito e invenção, onde se confrontam diferentes regimes de saber e modos de vida. Ao analisar as astúcias cotidianas dos moradores e o trabalho das assessorias populares, queremos pensar a cidade como obra inacabada, permeável à democratização do saber técnico.

Palavras-chave: Saberes populares; Técnica urbanística; Participação social; Assentamentos precários; Feitura da cidade.

Abstract

This article examines city-making processes through the tension between technical knowledge and popular knowledge in contexts of informal settlements. Drawing on two case studies in southern Brazil, it analyzes how urban planning techniques (often presented as neutral)

¹ Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS), e-mail: arq.gabrielfer@gmail.br, <https://orcid.org/0000-0002-0316-5199>.

² Pós-doutorado em Filosofia, professor do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. E-mail: paulo.reyes@ufrgs.br, <https://orcid.org/0000-0003-0198-1800>.

³ Doutor em Planejamento Urbano e Regional, professor do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS. E-mail: brunocesaremello@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-1694-157X>.

operate as dispositifs of power that tend to silence popular forms of spatial production. In contrast, the article highlights the emergence of counter-hegemonic practices that challenge the dominant technical code of urbanism, revealing sensitive and insurgent ways of inhabiting and projecting the city. Engaging with the work of Michel Agier, Jacques Rancière, Andrew Feenberg, and Paulo Freire, the article understands the urban project not merely as an outcome, but as a field of negotiation, conflict, and invention, in which different regimes of knowledge and modes of life are confronted. By examining residents' everyday tactics and the practices of technical advisory groups, the article contributes to rethinking the city as an unfinished work, open to participation within the technical sphere.

Keywords: Popular knowledge; Urban planning technique; Social participation; Informal settlements; City-making processes.

Resumen

Este artículo problematiza los modos de hacer ciudad a partir de la tensión entre el saber técnico y el saber popular en contextos de asentamientos precarios. Mediante dos estudios de caso en el sur de Brasil, se discute cómo la técnica urbanística, frecuentemente presentada como neutra, opera como un dispositivo de poder que tiende a silenciar las formas populares de producción del espacio. En contraposición, se evidencia la emergencia de prácticas contrahegemónicas que tensionan el código dominante de la técnica del urbanismo, revelando modos sensibles e insurgentes de habitar y proyectar la ciudad. A través de Michel Agier, Jacques Rancière, Andrew Feenberg y Paulo Freire, se comprende el proyecto no solo como producto, sino como un campo de negociación, conflicto e invención, donde se confrontan diferentes regímenes de saber y modos de vida. Al observar las astucias cotidianas de los habitantes y las prácticas de las asesorías técnicas, el texto contribuye a pensar la ciudad como una obra inacabada, permeable a la participación en la técnica.

Palabras clave: Saberes populares; Técnica urbanística; Participación social; Asentamientos precarios; Hacer ciudad.

Entre o vivido e o por viver: modos sensíveis de “projetar” a cidade

A cidade contemporânea não se deixa apreender apenas por suas camadas físicas, institucionais, normativas ou técnicas. Ela se faz e refaz cotidianamente nos gestos ordinários, nos percursos improvisados, nas negociações silenciosas e nos conflitos abertos que atravessam ruas, becos, margens e territórios precarizados. Como nos lembram Michel de Certeau (2014) e Michel Agier (2015), a cidade é menos um objeto dado do que um processo em permanente construção, atravessado por práticas, deslocamentos e disputas de sentido. É

nesse movimento sensível, instável e contraditório que se produzem os modos de feitura da cidade.

Em resposta à chamada da Revista “Cadernos NAUI”, que nos provoca a pensar “os modos de feitura da cidade para além de suas camadas puramente estruturais, planejadas e institucionalizadas”, este artigo parte da constatação de que, nos contextos de assentamentos precários, a produção urbana se dá em uma zona de fricção entre o projetado e o experimentado, entre o planejado e a urgência da vida, enfim, entre o vivido e o por viver. De um lado, incidem dispositivos técnicos e institucionais que pretendem ordenar o território a partir de linguagens especializadas, frequentemente apresentadas como neutras, racionais e universais. De outro, emergem práticas populares de habitar, construir e narrar o espaço urbano que escapam (ou resistem) a essas codificações e produzem formas outras de cidade. O encontro entre esses dois regimes de produção do espaço não é harmonioso: trata-se de um campo de disputa simbólica e política.

A proposta é olhar para a técnica urbanística não apenas como instrumento de intervenção material, mas como um saber-fazer que envolve linguagem, mediação e forma de poder (que organiza o que pode ser visto, dito e decidido sobre a cidade). Dialogando com a noção de “fazer-cidade” (Agier, 2015), o artigo desloca o foco das estruturas formais do projeto urbano para os processos cotidianos nos quais a cidade é continuamente produzida por sujeitos que, muitas vezes, permanecem à margem dos espaços institucionais de decisão.

Nesse sentido, interessa compreender como a participação social (amplamente reivindicada e institucionalizada no urbanismo brasileiro contemporâneo) se articula, tensiona ou é capturada pela técnica. A hipótese central é que grande parte dos processos participativos em projetos urbanos opera sob o que aqui se denomina técnica da participação: um conjunto de procedimentos que convoca os moradores a participar, mas preserva intacta a autoridade do saber técnico e limita a incidência efetiva dos saberes populares nas decisões fundamentais do projeto. Essa dinâmica tende a transformar a participação em ritual de legitimação mais do que em espaço de conflito, negociação, invenção e, finalmente, formulação.

Em contraposição, o artigo explora a possibilidade de pensar a participação na técnica, isto é, a abertura do próprio campo técnico à disputa, à tradução e à reconfiguração a partir das práticas e narrativas das comunidades. Essa inversão desloca a técnica de seu lugar de neutralidade presumida e a reinscreve como campo sensível, atravessado por valores, éticas e temporalidades, que estão definidos no próprio desenho tecnológico e são determinantes para pensar os projetos de futuro. A partir dos pensamentos de Andrew Feenberg (2013) e Jacques

Rancière (2018), compreende-se que a técnica deixa de ser apenas meio e pode ser lida em sua dimensão política e estética.

A reflexão desenvolvida apoia-se em dois estudos de caso situados no sul do Brasil: o Projeto Pró-Moradia Orla Dom Bosquinho, em Rio Grande (RS), e o Plano Popular do Corredor das Tropas, em Pelotas (RS). Ambos os casos evidenciam formas distintas da relação entre técnica, participação e modos de habitar, eles permitem observar como diferentes arranjos institucionais e práticas de assessoria técnica produzem efeitos diversos sobre a capacidade de os moradores intervirem nos destinos de seus territórios. Mais do que comparar resultados, interessa analisar os processos, as linguagens mobilizadas e os conflitos que atravessam essas experiências.

Metodologicamente, o artigo se inscreve em uma abordagem crítica dos estudos urbanos, pois dialoga com a perspectiva etnográfica, à luz de Certeau (2014), ao valorizar narrativas, práticas e situações concretas observadas ao longo dos processos de projeto. Essa escolha não busca produzir uma descrição totalizante da cidade, mas, ao contrário, construir um olhar a partir das margens, atento às fronteiras móveis entre o formal e o informal, o público e o privado, o técnico e o vivido. Trata-se de reconhecer, como propõe Certeau (2014), as astúcias cotidianas dos praticantes ordinários da cidade e suas capacidades inventivas de produzir espaço.

Ao articular técnica, participação e sensibilidade, o artigo contribui para o debate sobre os modos contemporâneos de feitura da cidade, quando evidencia que os assentamentos precários não são apenas territórios carentes de intervenção, mas espaços de produção ativa de cidade, onde se elaboram saberes, alianças e projetos de futuro. Assim, propõe-se pensar o projeto urbano não como fechamento, mas como campo aberto de negociação e dissenso; não como resposta definitiva, mas como aposta política e sensível sobre o que a cidade pode vir a ser.

A técnica como dispositivo: entre hegemonia e emancipação

Pensar os modos de feitura da cidade a partir dos assentamentos precários exige deslocar a técnica de seu estatuto habitual de ferramenta neutra e funcional. Longe de constituir apenas um meio racional para fins previamente definidos, a técnica opera como um dispositivo que organiza percepções, hierarquiza saberes e distribui lugares de fala no processo de produção do espaço urbano. Ela define não apenas como se faz a cidade, mas

quem pode fazê-la, em que termos e a partir de quais linguagens. Na tradição moderna do urbanismo e do planejamento urbano, a técnica consolidou-se como um regime de verdade. Sua legitimidade funda-se na promessa de objetividade, eficiência e universalidade, atributos que sustentam a autoridade dos especialistas diante da complexidade urbana. Essa racionalidade técnico-instrumental, no entanto, carrega consigo uma dimensão política frequentemente invisibilizada: ao se apresentar como neutra, a técnica tende a naturalizar escolhas que são, na realidade, atravessadas por valores, interesses e relações de poder.

Umberto Galimberti (2006) argumenta que estamos na era da técnica, onde ela deixou de ser um instrumento subordinado aos fins humanos para se tornar o próprio horizonte de sentido da ação. Na era tecnológica e capitalista, a realidade é mediada pelo conhecimento técnico. Não nos estendendo nas caracterizações do ator, mas cabe destacar o que ele aponta para as alienações tecnológicas, onde a racionalidade instrumental torna irrelevante a consciência crítica do sujeito que opera as técnicas e prioriza a idealização da eficiência. Nesse contexto, pensamos que a participação social corre o risco de ser absorvida como mais uma etapa do processo técnico, esvaziada de sua potência política e reduzida a um procedimento formal.

Essa leitura encontra ressonância nas críticas de Andrew Feenberg (2013), que contribui com esse debate ao afirmar que a tecnologia não é um domínio autônomo, separado da vida social, mas um campo social e historicamente construído e situado. Para o autor, toda tecnologia incorpora um código técnico que cristaliza determinadas visões de mundo e exclui outras. No campo do urbanismo, esse código se manifesta nas normas, nos parâmetros, nas representações gráficas e nos procedimentos participativos que delimitam o horizonte do pensável e do projetável. Assim, quando um projeto urbano se apresenta como solução técnica para um assentamento precário, ele traz embutidas determinadas concepções de cidade, de moradia e de cidadania que quase nunca correspondem àquelas dos moradores que sofrerão os impactos das propostas.

É nesse contexto que se torna pertinente distinguir duas perspectivas no campo do urbanismo para a abordagem de projetos em assentamentos precários: a técnica da participação e a participação na técnica (Fernandes, 2025). A primeira diz respeito à incorporação da participação como metodologia instrumental, frequentemente orientada à produção de consenso e à legitimação de decisões previamente estruturadas. Trata-se de um modelo no qual a escuta dos moradores é mediada por procedimentos, formatos, tempos e linguagens definidos externamente, o que tende a enquadrar as demandas populares aos

limites do saber técnico instituído. A segunda, pelo contrário, radicaliza o poder técnico colocando-o no foco da própria disputa dos processos participativos e que exigem novas configurações, a fim de romper com a hierarquização de saberes.

No Brasil, a perspectiva da técnica da participação ganhou força sobretudo a partir da institucionalização da participação nos marcos legais do planejamento urbano, processo intensificado a partir da Constituição de 1988 e consolidado com o Estatuto da Cidade. Embora a participação seja frequentemente evocada como prática inerente à construção coletiva das cidades brasileiras, sua exigência como procedimento formal é relativamente recente. Desde a década de 1960, críticas ao perfil tecnocrático e centralizador do planejamento urbano passaram a questionar a capacidade dos especialistas em responder aos problemas concretos da urbanização e abriram espaço para a incorporação da sociedade civil nos processos decisórios (Bonduki, 2018).

Como aponta Rolnik (2004), foram as lutas urbanas e as reivindicações dos movimentos de base que introduziram a participação social como conteúdo político, antes de sua posterior absorção pelo aparato institucional do planejamento. A participação passou, assim, a ocupar lugar central no discurso da democratização das decisões técnicas sobre a cidade. No entanto, esse processo não se deu sem ambiguidades. Conforme observa Maricato (2008), a participação institucionalizada tende a se esvaziar de suas bases materiais e conflituosas, transformando-se em um conjunto de técnicas e procedimentos dissociados das lutas que lhes deram origem. Nesse deslocamento, a participação passa a ser tratada mais como produto do que como processo de luta dos movimentos de base, razão pela qual, como ironiza a autora: “Nunca fomos tão participativos” (Maricato, 2008, p. 17).

Nesse movimento, o discurso participativo pode operar como tecnologia que produz espaços e sujeitos “participativos” sem, contudo, redistribuir efetivamente o poder de decisão. A partir da perspectiva de Pierre Bourdieu (1979), especialmente em suas análises sobre poder simbólico, é possível compreender a técnica da participação como uma tecnologia de governo. Em vez de se limitar à repressão ou à exclusão, o poder opera por meio da reprodução de costumes e da organização dos comportamentos. A participação, nesse contexto, pode ser mobilizada como um dispositivo de normalização, que convoca os moradores a se engajarem em processos decisórios previamente estruturados, sem, contudo, alterar as correlações de força que organizam o campo técnico. Trata-se de uma forma de “economia simbólica”, na qual os sujeitos são interpelados a se autogerir dentro dos limites estabelecidos pelo saber técnico.

A técnica da participação, assim, regula o acesso à decisão, já que define os modos legítimos, os tempos do engajamento e as linguagens aceitáveis. Bourdieu (1979) ajuda a compreender esse fenômeno ao evidenciar como os campos especializados produzem mecanismos de distinção simbólica. O domínio da linguagem técnica (plantas, mapas, legislações) funciona como capital específico que autoriza alguns a falar em nome da cidade, enquanto outros são relegados à condição de informantes ou beneficiários. Mesmo quando convidados a participar, os moradores dos assentamentos precários frequentemente o fazem em condições de assimetria, tendo seus saberes traduzidos, filtrados ou deslegitimados. A crítica bourdieuana permite, portanto, desnaturalizar os procedimentos participativos e evidenciar como eles podem funcionar como dispositivos de captura da dissidência e transformar o conflito em consenso e a política em gestão.

Em contraposição, a noção de participação na técnica aponta para uma inflexão mais radical: não se trata apenas de ampliar os canais de escuta, mas de abrir o próprio campo técnico à disputa e à reconfiguração. Essa perspectiva dialoga diretamente com a proposta de democratização da técnica, formulada por Feenberg (2013), segundo a qual os usuários e aqueles afetados pelas tecnologias devem reivindicar uma capacidade de intervir no desenho e nos critérios de funcionamento do aparato tecnológico, no caso aqui discutido, na técnica de produzir cidade. No contexto urbano, isso implica reconhecer os moradores não apenas como participantes, mas como coprodutores do conhecimento técnico envolvidos nos modos de fazer a cidade.

A partir de Jacques Rancière (2018), vamos aprofundar a leitura desta questão democrática. Para ele, a política emerge quando aqueles que não têm parte na partilha do sensível afirmam sua visibilidade e passam a existir como sujeitos capazes de ver, dizer e agir. Em “O desentendimento”, Rancière (2018) distingue a lógica policial (entendida não como aparato repressivo, mas como o conjunto de normas, saberes e dispositivos que organizam o sensível e definem lugares, funções e competências) da lógica da política, que trata do reconhecimento do dano frente à noção de igualdade universal. Portanto, para Rancière, a política trata do dissenso e não do consenso. Assim, a política acontece quando aqueles que eram considerados apenas como ruído, carência ou problema se afirmam como parte legítima do mundo comum.

A política, nesse sentido, não se confunde com a gestão dos interesses ou com a administração do consenso, mas corresponde à irrupção de uma diferença que desestabiliza a ordem estabelecida. No urbanismo, essa distinção permite deslocar o olhar sobre os

assentamentos precários: não mais como objetos de correção técnica, mas como espaços onde se disputam os critérios mesmos do que pode ser visto, nomeado e formulado como cidade.

Aqui a noção de participação na técnica foca na sua dimensão política. Não se trata de ampliar canais de escuta ou de incorporar opiniões aos projetos previamente definidos, mas de reconfigurar o próprio regime da partilha do sensível. Os moradores não apenas opinam sobre o projeto, mas disputam os critérios e definições de quem pode projetar e quais futuros são considerados legítimos. Assim, o projeto deixa de operar como mediação neutra entre interesses e passa a constituir um campo de visibilidade. Isto se dá considerando o dissenso como uma forma legítima de participação.

Rancière (2018) nos ajuda a compreender essa relação entre dissenso e prática de participação ao recorrer ao episódio da Revolta do Monte Aventino. O conflito refere-se à Primeira Secessão da Plebe (494 a.C.) na Roma Antiga, quando os plebeus — marginalizados politicamente e sufocados por dívidas — decidiram abandonar a cidade e suspender suas atividades essenciais, concentrando-se no Aventino para formar uma comunidade própria. Mais do que um levante motivado pela miséria ou por demandas puramente corporativas, o ato de se retirarem da cidade forçou os patrícios (que consideravam os plebeus incapazes de fala política) a reconhecerem sua existência política. Como destaca o autor, ao instituírem uma nova ordem no Aventino, os plebeus afirmaram-se como seres falantes, cuja palavra expressava inteligência, e não apenas necessidade ou fúria. O conflito revelava um paradoxo central: a desigualdade só pode ser sustentada ao pressupor uma igualdade fundamental das inteligências. A política, assim, não é uma disputa entre capacidades desiguais, mas a afirmação de uma igualdade que a ordem dominante procura negar.

Retornando aos assentamentos precários, é possível compreendê-los como perturbações à linguagem urbanística dominante. Ao construírem suas casas e bairros com saberes próprios, fora do marco da legalidade formal, essas populações produzem um “dano” no sentido rancieriano: expõem a incomensurabilidade entre a ordem técnica que define o que é cidade e a capacidade igual dos sujeitos de habitar, construir e organizar o espaço. Quando o Estado convoca arquitetos e urbanistas para “resolver” esses territórios, frequentemente o faz a partir de uma lógica policial, que busca reinscrevê-los na ordem consensual por meio de normas, projetos e prescrições técnicas.

A crítica de Reyes (2022) ao projeto urbano como dispositivo excessivamente resolutivo contribui para aprofundar essa reflexão. Ao questionar a pretensão de antecipar e controlar o futuro, o autor propõe compreendê-lo como aposta e como espera: um “ainda-não

projeto”. Essa leitura desloca o projeto de uma lógica de fechamento para uma perspectiva estético-política aberta ao dissenso e ao imprevisível.

O argumento aqui desenvolvido dialoga com essa crítica, mas propõe um deslocamento adicional: a crítica à técnica não se situa apenas fora dela, na esfera política, mas pode emergir no interior do próprio desenho técnico. A neutralidade atribuída ao projeto é uma construção histórica que oculta seus conflitos constitutivos. Abrir a “caixa-preta” da técnica projetual (seus códigos, silêncios e exclusões) é reinscrever o projeto como campo de conflito. Não se trata, portanto, de abandonar a técnica em nome da política, mas de politizá-la. O projeto urbano torna-se um campo de dissenso, no qual o saber técnico é confrontado e reapropriado pelos sujeitos populares. Isso exige repensar o papel do arquiteto e do urbanista, não como mediadores neutros, mas como agentes implicados nas disputas sobre o que pode ser cidade. Projetar passa a implicar perguntas incontornáveis: para quem projetamos? contra quem projetamos? e, sobretudo, com quem projetamos?

O que importa, contudo, não é apenas se os moradores aderem ou não às soluções propostas, mas o fato de que passam a existir para o Estado e para o campo técnico. Nesse encontro, revela-se uma dimensão política entre dois mundos sensíveis: o dos incluídos e o dos excluídos. Uma igualdade inicial é reivindicada, fundada na necessidade comum de habitar e na capacidade compartilhada de produzir a cidade. Dessa forma, a técnica deixa de ser apenas um instrumento de ordenamento espacial e passa a ser compreendida como um campo político. Entre hegemonia e emancipação, o projeto revela sua ambivalência: pode tanto reproduzir desigualdades quanto abrir brechas para outras formas de fazer cidade, nas quais o projeto se afirma como prática política e espaço de invenção coletiva.

Modos populares de fazer cidade: práticas, narrativas e contraprojetos

A ruptura entre as ideias urbanísticas dominantes e os dilemas concretos das cidades brasileiras foi criticada por Ermínia Maricato (2000). A autora denomina de “ideias fora do lugar” os modelos urbanísticos importados dos países capitalistas centrais e aplicados de maneira acrítica ao contexto brasileiro. Instrumentos como o plano diretor modernista foram incorporados a uma sociedade que jamais se constituiu plenamente nos termos da modernidade europeia. Como observa Maricato (2000, p. 123), “a importação dos padrões do chamado primeiro mundo, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade), contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente”.

Essa modernização seletiva produziu uma cidade profundamente desigual, na qual vastas áreas de ocupação popular passaram a ser classificadas como “ilegais” e, por isso mesmo, invisibilizadas pelas matrizes modernista e funcionalista do planejamento urbano. Os assentamentos precários não se encaixam nem nas lógicas do mercado imobiliário formal, nem nos procedimentos técnicos dos levantamentos urbanos oficiais, frequentemente marcados pelo desconhecimento (ou pela recusa) de reconhecer essas formas de produção do espaço. A ilegalidade, longe de ser exceção, torna-se regra: a produção capitalista da chamada “cidade legal” restringe-se progressivamente a uma minoria, enquanto a maior parte da população acessa a moradia por fora dos marcos formais do mercado e da legislação.

Como aponta Maricato (2000), esse quadro é sustentado por um círculo vicioso no qual uma legislação urbana abundante e detalhada é aplicada de forma seletiva e discriminatória. Nas áreas valorizadas pelo capital imobiliário, a lei é rigorosamente aplicada; nas áreas desvalorizadas, a ocupação irregular é tolerada. Essa combinação entre ilegalidade generalizada, especulação fundiária e degradação ambiental aprofunda a exclusão urbana e nega, na prática, o direito à cidade, mesmo quando as ocupações são informalmente aceitas. Para a autora, a chamada cidade irregular é o “lugar fora das ideias”, um vasto território urbano produzido à margem da ordem oficial. Um espaço que não aparece nos planos, não se encaixa nas normas e não é plenamente conhecido em suas dimensões e características. A invisibilidade desses territórios não é fruto do acaso, mas resultado de uma escolha política e técnica que define quais partes da cidade merecem ser vistas, planejadas e valorizadas.

Esse processo está diretamente ligado ao que Maricato (1993) denomina de “nó da terra”: um complexo problema fundiário marcado pela concentração da propriedade, pela especulação imobiliária e pela exclusão sistemática das camadas populares do acesso à terra urbanizada. Esse nó estrutura a urbanização brasileira e explica a proliferação de assentamentos precários como solução habitacional possível para grande parte da população. Ao mesmo tempo, esses territórios são estigmatizados por uma construção ideológica que os associa à precariedade, à ilegalidade e à desordem, legitimando intervenções seletivas e a valorização imobiliária de outras áreas da cidade.

A produção dos assentamentos precários, portanto, não é um desvio do processo de urbanização, mas parte constitutiva de um modelo excludente e seletivo de aplicação das leis urbanas. Como destaca Maricato (1993), trata-se de uma cidade produzida sob a lógica da desigualdade estrutural, em que a cidadania é convertida em privilégio e não em direito universal. A representação da cidade, construída majoritariamente a partir da perspectiva das

elites, oculta deliberadamente a “cidade real” onde vive a maioria da população, ao mesmo tempo em que captura renda imobiliária e naturaliza hierarquias sociais. Nesse sentido, o planejamento urbano opera como instrumento de dominação econômica e ideológica. Ao focar na cidade formal e hegemônica, ele contribui para mascarar a complexidade da urbanização brasileira e para legitimar um mercado imobiliário restrito e especulativo.

A burocracia técnica e os códigos construtivos não são neutros: funcionam como mecanismos de filtragem e exclusão, eles reforçam o acesso desigual à cidade. Como sintetiza Maricato (2000, p. 125), “o resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns”.

Se a técnica urbanística tende a operar a partir de um ponto de vista exterior e totalizante, os modos populares de fazer cidade emergem da experiência urbana, ancorados no cotidiano, na improvisação e na necessidade. Nos assentamentos precários, a cidade não é apenas projetada, mas vivida, narrada e construída dia após dia, por meio de práticas que escapam às categorias formais do urbanismo e desafiam suas linguagens estabilizadas. Esses modos de feitura não se apresentam como modelos acabados, mas como processos abertos, marcados por negociações constantes entre o possível, o desejável e o necessário.

Michel de Certeau (2014) auxilia na compreensão dessas práticas ao distinguir as estratégias do poder (associadas a instituições e dispositivos técnicos) das táticas cotidianas dos praticantes ordinários da cidade. Enquanto as estratégias operam a partir de lugares próprios e legitimados, as táticas se desenvolvem nos interstícios do espaço urbano, apropriam-se momentaneamente das estruturas existentes e ressignificam seus usos. Nos assentamentos precários, essas táticas se materializam na autoconstrução, na adaptação incremental das moradias, nos arranjos coletivos de infraestrutura e nas formas informais de organização do território.

Essas práticas não são meras respostas à carência ou à ausência do Estado, elas constituem formas ativas de produção do espaço urbano (Agier, 2015). Ao contrário da narrativa que associa a informalidade ao déficit ou à desordem, os modos populares de fazer cidade revelam uma racionalidade própria, sensível às condições materiais, aos vínculos sociais e às temporalidades da vida cotidiana. Trata-se de um urbanismo vivido, que se constrói por aproximações sucessivas e que incorpora o erro, a contingência e a adaptação como parte de seu processo.

Michel Agier (2015) aprofunda essa leitura ao propor o conceito de fazer-cidade, quando o autor desloca o foco da cidade como objeto estático para a cidade como movimento

contínuo de construção e desconstrução. Para o autor, a cidade se faz nas margens, nas situações de precariedade e nos espaços de transição, onde sujeitos “sem cidade” produzem formas emergentes de urbanidade. Ele rejeita definições normativas e apriorísticas da cidade, que, ao ignorarem sua relatividade no tempo e no espaço, congelam suas dinâmicas sociais. A partir do pensamento de Lefebvre e Harvey, Agier (2015) concebe a cidade como um objeto virtual e aponta para uma cidade ideal que ainda não existe, um significante vazio cujo sentido é preenchido pelo movimento e pela ação.

Para fazer essa leitura da cidade como um processo, ele adota uma perspectiva etnográfica. Agier (2015) evidencia que a cidade não é apenas aquilo que é reconhecido e legitimado pelas instituições, mas também aquilo que se inventa no cotidiano, nos limites do visível e do reconhecível. Para ele, a antropologia praticada a partir das margens (das periferias, assentamentos e favelas) oferece um ponto de vista epistemológico privilegiado. Nesses espaços, a dialética de um estado aparentemente caótico revela os processos de “fazer-cidade” em sua forma mais nítida e exemplar. Acampamentos de refugiados e migrantes, por exemplo, são descritos como “rascunhos de cidade”, onde a arquitetura da precariedade e as práticas urbanas de autoconstrução transformam refúgios temporários em pontos de referência estáveis e cosmopolitas.

Agier (2015) propõe que as favelas (*slums*, *bidonvilles*, invasões) sejam compreendidas não como anomalias, mas como um processo universal de conquista do espaço. Ele desconstrói o termo favela, que considera inoperante e mesmo contraproducente (no sentido epistemológico), por estigmatizar populações e obscurecer o que realmente acontece. O ato inicial de ocupação, um gesto político fundamental de tomada do espaço e da palavra, cria outra realidade e força o poder estabelecido a negociar com os ocupantes. Esse agir se desdobra em três momentos: a invasão, como gesto primeiro de desobediência; a ocupação, como consolidação da presença e resistência; e a instalação, que força o reconhecimento e a negociação com o poder, que transforma o espaço através de mecanismos duráveis. O autor vai pensar o fazer-cidade como a materialização do direito à cidade.

Nesse sentido, os assentamentos precários podem ser compreendidos como territórios de experimentação urbana. Neles, práticas espaciais e narrativas de pertencimento se entrelaçam e produzem formas específicas de sociabilidade e de relação com o espaço (Agier, 2015). A construção de uma casa, a abertura de uma rua, a definição de um limite entre o público e o privado são decisões carregadas de significados, afetos e disputas que nem sempre encontram tradução nas representações técnicas convencionais. É aí que se evidencia o

conflito entre os modos populares de fazer cidade e a técnica urbanística hegemônica. Ao serem confrontadas com projetos, plantas e diagnósticos técnicos, as práticas cotidianas tendem a ser reduzidas a dados, problemas ou obstáculos a ser corrigidos. O saber popular, enraizado na experiência e na oralidade, enfrenta dificuldades para se inscrever nos códigos gráficos e normativos do urbanismo. Como resultado, muitas vezes ocorre uma ruptura entre o vivido e o projetado, na qual a cidade concebida pelo projeto não reconhece a cidade existente.

Felizmente, nas últimas décadas se intensificam experiências importantes que criticam este saber técnico científico distante da realidade das nossas cidades. Elas participam de um horizonte freiriano já incorporado nas escolas de Arquitetura e Urbanismo, seja por meio dos escritórios modelo, das práticas extensionistas ou, mais recentemente, das Residências em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)⁴. Somadas essas políticas, programas e ações às que são desenvolvidas pelas instituições de classe, como Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU), Instituto dos Arquitetos Brasileiros (IAB) e Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), observamos a emergência de experiências que tensionam a divisão entre saber técnico e saber popular, entre universidade e território.

Pensar a relação dos técnicos com os modos populares de fazer cidade encontra afinidade com o pensamento de Paulo Freire (1983; 2005), em especial na recusa da extensão como transferência unilateral de saber e a uma práxis emancipadora. Ao propor a comunicação como prática dialógica, o autor aponta para a necessidade de reconhecer os saberes populares como conhecimentos válidos, produzidos na experiência concreta de habitar e transformar o mundo. No campo do projeto urbano, isso significa compreender a técnica não como saber fechado, mas como processo em permanente construção, atravessado pela experiência dos moradores.

Como afirma Nascimento (2019), a extensão universitária não se limita a “levar” conhecimento às comunidades, mas busca construir dispositivos de tradução entre saberes e tenta reconhecer a legitimidade epistêmica dos saberes populares. Essa concepção rompe com a lógica tradicional da extensão como “prolongamento” da universidade e propõe uma prática dialógica, em que o conhecimento técnico é colocado em questão e em relação. A extensão,

⁴ A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) é um direito assegurado pela Lei Federal nº 11.888/2008, que garante às famílias de baixa renda o acesso público e gratuito a serviços de arquitetura, urbanismo e engenharia. As Residências Acadêmicas em ATHIS (modelo pioneiro de pós-graduação lato sensu lançado pela Universidade Federal da Bahia a partir de 2011 em diálogo com movimentos sociais e entidades de classe) articulam ensino, pesquisa e extensão para formar profissionais diretamente voltados à garantia do direito à moradia digna nas periferias e pequenos municípios.

nesse sentido, não é um vetor de difusão dos conhecimentos científicos, mas um campo de escuta, conflito e coautoria.

De modo semelhante, Mello (2022), ao relatar sua experiência em projetos de extensão desenvolvidos com comunidades periféricas, propõe compreender a extensão universitária como um tempo simultâneo de destruição e de construção: destruição das certezas técnicas, dos protocolos acadêmicos e das hierarquias de saber; e construção de vínculos, de práticas de escuta e de modos compartilhados de atuação. Para o autor, a extensão configura-se como um espaço de formação política tanto para estudantes quanto para técnicos e moradores envolvidos, não pode ser reduzida a um “ensaio” da vida profissional, mas é entendida como uma prática situada no mundo.

Nessa mesma perspectiva, Mello (2022) argumenta que as iniciativas extensionistas favorecem processos de escuta ativa, coautoria e valorização dos saberes locais, em contraposição às posturas institucionais tradicionalmente verticalizadas. A prática extensionista, assim, não apenas contribui para o fortalecimento da autonomia dos moradores e para a desconstrução das hierarquias de conhecimento, como também proporciona aos estudantes uma formação prática e crítica em contextos reais, quando oferece outra compreensão da técnica em urbanismo. Com honestidade teórica, o autor discute entraves recorrentes, como a insuficiência de recursos materiais e humanos, a descontinuidade dos projetos e as expectativas frequentemente desmedidas quanto à capacidade da universidade responder a demandas locais. Desta forma, ele mostra como é importante o reconhecimento dos limites e dos desafios próprios a essas práticas: aprender com as dificuldades e com os erros que emergem ao longo do processo constitui, em si, um resultado relevante da extensão.

Em diálogo direto com a perspectiva freiriana, Carrasco *et al.* (2024) reposicionam o processo de projeto em arquitetura e urbanismo a partir das experiências desenvolvidas no âmbito da extensão universitária, dos escritórios modelo e das residências em ATHIS. Ao analisarem a atuação do Escritório Modelo da FAUrb/UFPel e da Residência AU+E, os autores evidenciam como esses dispositivos institucionais permitem tensionar o papel tradicional do projeto, deslocando-o de uma prática técnica orientada à reprodução da lógica hegemônica da cidade para uma prática política, enraizada nos conflitos urbanos e nas condições concretas de vida das populações periféricas. Nesses contextos, o projeto deixa de ser concebido como solução previamente definida e passa a se constituir como processo aberto, articulado à leitura crítica do território e à construção coletiva do conhecimento.

Em tais processos, os moradores apropriam-se estrategicamente da linguagem técnica e produzem representações que não se limitam aos desenhos formais tradicionais. Em contraposição às práticas participativas institucionalizadas (frequentemente esvaziadas de conteúdo político), os Planos Populares analisados por Carrasco *et al.* (2024) emergem de processos prolongados de assessoria técnica, nos quais comunidades, estudantes e profissionais constroem conjuntamente diagnósticos, questões e propostas. Trata-se de contraprojetos que se constituem como conjuntos de narrativas, reivindicações e representações alternativas, capazes de disputar os sentidos do território e os critérios dominantes do planejamento urbano. Por meio de planos populares, mapas afetivos, cartografias sociais e assembleias comunitárias, configuram-se espaços de tradução e invenção nos quais o saber técnico é tensionado, deslocado e reconfigurado a partir das experiências concretas de habitar a cidade.

Segundo Carrasco *et al.* (2024), é precisamente por meio da atuação universitária (orientada pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão) que se criam as condições para a formulação dos Planos Populares como instrumentos contra-hegemônicos de planejamento e projeto urbano. Nessa perspectiva, o projeto não se orienta pela antecipação de formas, mas pelo reconhecimento dos conflitos, das ameaças de remoção e das disputas em torno da produção e da apropriação do espaço. Assume, assim, um caráter simultaneamente técnico, pedagógico e político, no qual o processo projetual se confunde com a formação crítica dos sujeitos envolvidos.

A atuação dos escritórios modelo e das residências em ATHIS evidencia, desse modo, que o projeto pode operar como mediação entre saberes técnicos e saberes territoriais, pode ampliar a capacidade das comunidades de disputar os sentidos do planejamento urbano. A universidade pública, por meio de práticas extensionistas comprometidas com os conflitos reais do território, assume um papel central na construção de alternativas ao urbanismo hegemônico e reafirma o projeto como campo de luta política e de outras formas de produzir cidade.

Nesse movimento, aproxima-se o debate sobre o projeto urbano das discussões acerca da participação, da formação profissional e do direito à cidade. A noção de contraprojeto articula-se, assim, à ideia de dissenso em Rancière (2018) e à noção de racionalidade subversiva proposta por Feenberg (2013). Ao afirmarem outras formas de ver, dizer e organizar o espaço urbano, os moradores produzem fissuras na partilha do sensível que sustenta o planejamento consensual. Os contraprojetos não buscam, necessariamente,

substituir os projetos técnicos institucionalizados, mas evidenciar seus limites, revelar suas exclusões e abrir o campo do possível. Trata-se, portanto, de um gesto político que reivindica o direito de participar não apenas das decisões, mas da própria definição do que pode ser projetado e de quem pode projetar.

A descrição desses modos populares de fazer cidade exige, por fim, uma atenção metodológica às situações concretas, às narrativas dos moradores e às materialidades do cotidiano. Mais do que ilustrar teorias, trata-se de reconhecer os assentamentos precários como espaços ativos de produção urbana, nos quais se articulam resistência, invenção e projeto. É a partir desse reconhecimento que se torna possível analisar, de forma situada, os estudos de caso apresentados a seguir, nos quais diferentes arranjos entre técnica e participação produzem efeitos distintos sobre os modos de feitura da cidade.

A cidade como obra aberta: projeto, contraprojeto e tecnociência solidária

O arcabouço teórico desenvolvido ao longo do artigo permite avançar para a análise empírica dos casos estudados. Longe de operarem como simples ilustrações conceituais, os estudos de caso evidenciam como as disputas em torno da técnica, da participação e do projeto urbano se materializam em contextos concretos de assentamentos precários. Nesses territórios, a técnica deixa de ser um aparato abstrato e passa a se apresentar como prática situada, atravessada por conflitos, negociações e relações assimétricas de poder, mas também por esforços profissionais, constrangimentos institucionais e limites impostos pelas formas hegemônicas de produção das políticas urbanas.

Os casos do Projeto Pró-Moradia Orla Dom Bosquinho, em Rio Grande (RS), e do Plano Popular do Corredor das Tropas, em Pelotas (RS), são analisados como experiências contrastantes (embora não opostas) de intervenção urbana em contextos populares. Em ambos os casos o projeto urbano se constitui como campo de disputa entre a técnica da participação, marcada por procedimentos institucionais, prazos rígidos e exigências burocráticas, e a participação na técnica, entendida como a possibilidade de reconfiguração dos próprios critérios projetuais a partir dos saberes, práticas e formas de organização dos moradores.

Ao acompanhar os processos, discursos e dispositivos mobilizados em cada experiência, busca-se compreender menos os resultados formais dos projetos e mais os processos que os constituem: as formas de participação acionadas, os conflitos explicitados ou silenciados, as mediações técnicas realizadas e as brechas (ou seus fechamentos) para a adequação

sociotécnica e a produção de tecnociência solidária. O estudo desses casos permite analisar o projeto urbano como arena estético-política, na qual se confrontam diferentes regimes de visibilidade, concepções de cidade e modos de feitura do espaço urbano.

O Projeto Pró-Moradia Orla Dom Bosquinho, implementado entre 2018 e 2020 no município de Rio Grande, insere-se no marco das políticas públicas federais de urbanização de assentamentos precários, com financiamento da Caixa Econômica Federal e execução municipal. Como descrito em Fernandes (2025, p. 159-204), trata-se de um projeto institucional de alta complexidade técnica e socioambiental, elaborado em curto espaço de tempo para atender às exigências do edital da linha Pró-Moradia. O projeto previa, em um assentamento ribeirinho, historicamente vulnerabilizado, intervenções estruturais de grande porte: contenção de cheias, drenagem, esgotamento sanitário, regularização fundiária, realocação de famílias e construção de unidades habitacionais.

É importante destacar que o corpo técnico da prefeitura atuou com significativo empenho para viabilizar o projeto e enfrentou, simultaneamente, a complexidade do território, os prazos exíguos, a rigidez dos critérios técnicos e a extensa burocracia necessária para a captação de recursos federais. O atendimento às exigências do edital era condição indispensável para que as obras fossem executadas, o que impôs uma racionalidade fortemente orientada à eficiência, à padronização de procedimentos e à antecipação de soluções técnicas. Nesse contexto, o projeto apresentou potencial concreto de melhoria das condições de vida das famílias, ao enfrentar problemas históricos de infraestrutura e risco socioambiental.

A participação dos moradores foi prevista em etapas específicas do processo: por meio de reuniões comunitárias, oficinas e audiências públicas. Contudo, apesar do esforço técnico, a análise empírica evidenciou que a participação operou majoritariamente como técnica da participação, isto é, como dispositivo protocolar de escuta, com baixa incidência sobre os fundamentos do projeto. Esse limite não decorreu da ausência de intenção participativa por parte dos técnicos, mas dos próprios constrangimentos institucionais que estruturaram esse tipo de política pública.

Entre os principais obstáculos identificados destacam-se: a descrença da comunidade associada à descontinuidade institucional e a promessas anteriores não cumpridas; as barreiras de linguagem entre o saber técnico e o saber dos moradores; a fragilidade da organização comunitária local; a baixa efetividade dos espaços participativos, frequentemente operados

como exigência administrativa; e as interferências políticas e institucionais que comprometeram a continuidade do processo depois de 2020.

A escuta da comunidade ocorreu de forma pontual e fragmentada, o que reforçou a percepção de abandono, como relatou uma moradora entrevistada:

“Se viesse um arquiteto, um assistente social, qualquer coisa, a população iria ver que tinha um engajamento. [...] Mas eu não vi nada. [...] Até hoje eu estou esperando a Orla sair, e a orla não veio. [...] Talvez eu nem esteja mais aqui pra quando essa orla sair. [...] Eu tô desacreditada.” (Fernandes, 2025, p. 195-196).

Essa descrença não expressa passividade, mas o acúmulo histórico de frustrações diante de sucessivas promessas não concretizadas. As próprias técnicas envolvidas reconheceram os limites do processo participativo, como afirmou uma delas:

“As audiências públicas foram comunicativas, elas não foram participativas, em geral. A gente tentou fazer participativa o máximo que dava, mas não tinha espaço no edital para fazer isso. A gente inventou uns espaços e fez como dava.” (Fernandes, 2025, p. 199).

Mesmo iniciativas com maior potencial de aproximação entre técnicos e moradores, como as Comissões de Acompanhamento de Projetos (CAPs), foram interrompidas com a descontinuidade institucional do projeto. O caso Dom Bosquinho evidencia, assim, que quando a participação é estruturada a partir de uma lógica de projeto fechada, condicionada por prazos, editais e parâmetros rígidos, a técnica da participação tende a reforçar a hegemonia do saber técnico e a lógica da eficiência, limitando a capacidade dos moradores de incidir sobre os rumos do projeto. Fato que ocorre, ainda que os técnicos estejam comprometidos com a melhoria das condições de vida da população.

Em contraste ao caso apresentado antes, o Plano Popular do Corredor das Tropas, desenvolvido entre 2021 e 2022 em Pelotas (RS), constitui uma experiência de participação na técnica. Conforme detalhado em Fernandes (2025, p. 205-240), o processo teve origem em demanda da própria comunidade, organizada em associação de moradores e apoiada por uma assessoria técnica universitária. O plano foi construído de forma coletiva por meio de oficinas, caminhadas, mapeamentos afetivos e rodas de conversa.

Diferentemente do caso anterior, a técnica não foi aplicada sobre a comunidade, mas construída com ela. Plantas, cartografias e memoriais foram produzidos em diálogo permanente com os moradores que participaram ativamente da definição dos problemas, das propostas e das estratégias de mobilização. O processo foi estruturado a partir de práticas de aprendizado situado, tradução da linguagem técnica, formação popular crítica e

reconhecimento das formas locais de organização territorial. Espaços de diálogo não convencionais (como as rodas de conversa realizadas sob a figueira) funcionaram como espaços inventados⁵ e ampliaram as possibilidades de escuta e deliberação coletiva.

A audiência pública realizada em 12 de junho de 2023, na Câmara de Vereadores de Pelotas, marcou um ponto de inflexão para a comunidade do Corredor das Tropas. Na ocasião, um morador confrontou a ausência da prefeita e apresentou o Plano Popular como contraponto às propostas oficiais de remoção:

“Prefeita, que espécie de prefeita é a senhora? Que administra uma cidade como a de Pelotas, que não é nenhuma vilinha, e a senhora não teria condições de tirar meia hora, uma hora pra vir debater com nós aqui? O estudo que a senhora tem... Eu sou analfabeto, talvez nem devesse me dirigir para a senhora aqui, mas eu gostaria de debater com a senhora, para ver qual é o nosso direito que nós temos.” (Fernandes, 2025, p. 238).

Esse momento constitui uma cena política, nos termos de Rancière (2018): um acontecimento em que os “sem parte” tornam-se visíveis como sujeitos de enunciação e desestabilizam a partilha dominante do sensível. Ao afirmar sua condição social e, simultaneamente, reivindicar o direito de debater e projetar o futuro do território, o morador rompe com a hierarquia dos saberes e desnaturaliza a autoridade exclusiva da técnica institucionalizada. O plano popular deixa de ser apenas um documento e se afirma como contraprojeto, isto é, como saber legítimo produzido a partir da experiência coletiva.

Embora o plano popular não tenha sido implementado (e muito do que se pretendia foi perdido diante do assédio do mercado imobiliário, da violência e da posterior desmobilização da ocupação), o processo fortaleceu a organização comunitária, produziu conhecimento situado e ampliou a capacidade de reivindicação dos moradores. A comparação entre os dois casos evidencia que, enquanto a técnica da participação tende a operar nos marcos da institucionalidade e da gestão do conflito, a participação na técnica emerge de processos de base, orientados à formação política, à coautoria e à construção de futuros urbanos alternativos. Trata-se menos de uma dicotomia do que de um campo de tensões, contradições e ambivalências.

O contraste entre os dois casos evidencia que a diferença central não reside apenas no grau de participação, mas na forma como a técnica é concebida e operada. Enquanto no Dom

⁵ A noção de espaços inventados (*invented spaces*), proposta por Faranak Miraftab (2009), refere-se a arenas de ação política criadas autonomamente por grupos subalternizados, fora ou nas margens dos canais institucionais de participação. Diferentemente dos espaços convidados (*invited spaces*), que são abertos e regulados pelo Estado ou por instituições formais, os espaços inventados emergem das lutas sociais e permitem que os próprios sujeitos definam os termos, as linguagens e as agendas da participação. Nesses espaços, se constituem práticas insurgentes de planejamento com a contestação das hierarquias que estruturam o campo técnico e institucional.

Bosquinho a técnica se organiza a partir de uma lógica institucional, orientada por prazos, editais e parâmetros rígidos, no Corredor das Tropas ela emerge como prática relacional, aberta à tradução, ao conflito e à incerteza. Essa distinção não deve ser lida como dicotomia, mas como campo de tensões: ambos os casos revelam que a técnica pode tanto reproduzir a ordem hegemônica quanto abrir fissuras para outras formas de fazer cidade.

Nesse sentido, o Plano Popular do Corredor das Tropas permite afirmar a cidade como obra aberta, em que o projeto não encerra o processo de produção do espaço, mas inaugura uma arena de disputas sobre o que pode ser visto, dito e projetado como cidade. Ao reinscrever a técnica como campo sensível de conflito e invenção, a experiência aponta para a possibilidade de uma prática urbanística comprometida não apenas com a eficiência ou a legalidade, mas com a emancipação, a coprodução de saberes e o direito coletivo de imaginar e construir futuros urbanos.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscou-se compreender os modos de feitura da cidade a partir da tensão entre o projetado e o vivido, tomando a técnica urbanística não como instância neutra de mediação, mas como campo de disputa política e epistemológica. A análise deslocou o olhar das camadas formais e institucionais do urbano para os processos cotidianos por meio dos quais a cidade é feita, narrada e reinventada por seus habitantes, especialmente em contextos de assentamentos precários.

Os estudos de casos apresentados evidenciam que a participação social, quando incorporada de maneira instrumental, tende a reforçar hierarquias já existentes entre saberes técnicos e populares. A técnica da participação, ao enquadrar as práticas e narrativas dos moradores em formatos predefinidos, frequentemente reduz a participação a um exercício de legitimação, neutralizando o conflito e esvaziando o potencial político do fazer urbano coletivo. Nesse cenário, a cidade projetada corre o risco de se distanciar da cidade vivida, produzindo intervenções pouco sensíveis às dinâmicas sociais e territoriais existentes.

Em contrapartida, as experiências que apostam na participação na técnica revelam a potência de abrir o campo técnico à disputa e à coprodução de saberes. Ao reconhecer os moradores como sujeitos capazes de intervir no desenho, nos critérios e nas linguagens do projeto urbano, essas práticas deslocam a técnica de seu lugar hegemônico e a reinscrevem como processo relacional, atravessado por afetos, temporalidades e expectativas de futuro. A

técnica, nesse sentido, deixa de ser apenas instrumento de ordenamento espacial para se tornar espaço de aprendizagem, negociação e invenção.

Essa inflexão permite compreender os assentamentos precários não como territórios de ausência ou carência, mas como espaços ativos de produção de cidade. As práticas cotidianas de habitar, construir e reivindicar revelam formas sensíveis de relação com o espaço urbano que desafiam as representações técnicas convencionais. A noção de cidade como obra aberta, mobilizada ao longo do texto, oferece um horizonte crítico para repensar o papel do projeto urbano. Se os modos populares de fazer cidade revelam práticas cotidianas de invenção e resistência, é no encontro (frequentemente tenso) com o projeto urbano que essas práticas se tornam explicitamente políticas. O projeto emerge, assim, não como momento técnico isolado, mas como campo de disputa entre concepções de cidade, temporalidades divergentes e regimes de saber heterogêneos. Compreender a cidade como obra aberta implica reconhecer que o projeto não encerra o processo de produção do espaço, mas inaugura uma arena de negociações, conflitos e apostas sobre o futuro.

Por fim, ao articular técnica e participação, este artigo busca contribuir com o debate contemporâneo dos estudos urbanos, enfatizando que a vida cotidiana não pode ser reduzida a suas dimensões estruturais ou normativas. Do ponto de vista teórico, o artigo dialoga com contribuições da crítica da técnica, da filosofia política e da antropologia urbana para sustentar a ideia de que democratizar a cidade implica também democratizar a técnica. Mais do que ampliar canais participativos, trata-se de questionar os códigos técnicos que definem o que é considerado legítimo, viável ou desejável no espaço urbano. Nesse processo, a tecnociência solidária e as práticas de assessoria técnica comprometidas com a educação popular surgem como caminhos possíveis para reorientar o projeto urbano a partir das necessidades e dos projetos dos grupos historicamente marginalizados. A cidade se faz também (e sobretudo) nas práticas ordinárias e nas disputas pelo direito de projetar o futuro. Reconhecer a técnica como lugar de conflito e criação é, portanto, condição fundamental para pensar cidades mais justas e abertas às múltiplas formas de viver e habitar o urbano.

Referências

- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, v. 21, p. 483-498, 2015.
- CARRASCO, André de Oliveira Torres; GALBIATTI, Flávia Pagnoncelli; FAGUNDES, Luiza Maia; RIBEIRO, Rodolfo Barbosa. *O processo de projeto em contextos periféricos: prática de resistência, experiência de formação*. In: ALFONSO, Louise Prado; ACACIO, N.; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Narrativas do Passo dos Negros: uma experiência de articulação multidisciplinar entre ensino, pesquisa e extensão**. São João do Meriti: Desalinho, 2024, p. 228-255.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In: NEDER, Ricardo Toledo (Org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. 2ª ed. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2013, p. 67-98.
- FERNANDES, Gabriel Silva Lopes. A técnica da participação, a participação na técnica: projetos urbanos em contextos de assentamentos precários. 2025. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 49ª ed.
- MARICATO, Ermínia. A terra é um nó na sociedade brasileira, também nas cidades. **Cultura Vozes**, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1993.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 121-192.
- MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. **Revista Sem Terra**, São Paulo, p. 17-20, 1 fev. 2008. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/09/revista-sem-terra.pdf>. (Acesso em: 2 jun. 2023).
- MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. **Dias de destruir, de construir: uma experiência de extensão universitária**. Porto Alegre: Libretos, 2022.
- MIRAFETAB, Faranak. **Insurgent planning: situating radical planning in the global south**. Planning Theory, London, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.
- NASCIMENTO, Denise Morado. O que é extensão? Incertezas e provocações. In: FERREIRA, Lara; OLIVEIRA, Paula; IACOVINI, Victor (Org.). **Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas**. São Paulo: Peabiru TCA/Coletivo LabLaje, 2019, p. 241-247.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 2018.
- REYES, Paulo. **Projeto não projeto: quando a política rasga a técnica**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

Recebido em 19/01/2026

Aceito em 19/06/2026



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional